

CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS

AQUISIÇÃO DE BENS

CONSULTA PRÉVIA

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

“Fornecimento contínuo de gás propano a granel”

Procedimento n.º: F-14/2025

Valor Base: € 74.900,00 (S/IVA)

Prazo: 365 dias

CPV: 09122100-1 – Gás Propano.

*Consulta Prévia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 16º
do CCP - Código dos Contratos Públicos*



1. ENTIDADE ADJUDICANTE:

A entidade Adjudicante é o Município de Oleiros, NIF 506 824 152, com sede em Praça do Município, 6160-409 Oleiros, com os seguintes contactos:

Website: www.cm-oleiros.pt

Email: geral@cm-oleiros.pt

Plataforma eletrónica: Acin – Icloud Solutions (<https://www.acingov.pt>)

Telefone: (351) 272 680 130

Fax: (351) 272 682 446

Horário de Funcionamento: Os serviços administrativos têm o seguinte horário de funcionamento – das 09:00 às 17:00 horas, todos os dias, à exceção dos sábados, domingos e feriados.

2. OBJETO DO PROCEDIMENTO

2.1 – O presente procedimento pré-contratual tem por objeto o fornecimento contínuo de gás propano a granel, para diversas infraestruturas do Município de Oleiros, nomeadamente Piscinas Municipais de Oleiros, Residência de Estudantes e Jardim de Infância, em observância das especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.

2.2- De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos), adotado pelo regulamento (CE) nº 2195/2012, alterado pelo regulamento (CE) nº 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto da Presente aquisição de bens corresponde ao código **CPV – 09122100-1 Gás Propano**.

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Presidente da Câmara Municipal de Oleiros, no uso das competências próprias, conferidas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do previsto e disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, reprimado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A escolha do procedimento por consulta prévia foi efetuada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, e baseia-se estritamente em critérios de valor, nomeadamente em função do valor base estimado.

5. PREÇO BASE:

5.1. O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem a aquisição de bens objeto do presente procedimento.

5.2. O preço base fixado para a presente aquisição de bens é de **€ 74.900,00 (Setenta e Quatro Mil e Novecentos Euros)**, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, para fornecimento de 55 Toneladas.



5.3. O preço base do procedimento foi estabelecido tendo por base os custos médios unitários de concursos lançados pelo Município para prestações do mesmo tipo.

5.4. O preço base inclui a totalidade dos bens a fornecer pelo período de vigência do contrato.

6. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Não aplicável.

7. PROPOSTAS

7.1. As propostas deverão ser acompanhadas, obrigatoriamente, pelos seguintes elementos:

- a) Declaração do concorrente de “Aceitação de Conteúdo de Caderno de Encargos” elaborada conforme modelo de declaração constante do Anexo I do CCP, cujo modelo se anexa – **Anexo I**
- b) Declaração do concorrente, devidamente assinada, com indicação dos atributos da proposta, nomeadamente a indicação do preço global, prazo de execução do objeto da presente aquisição de bens, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, elaborada de acordo com o “*Modelo da Proposta*” (**anexo II**) ao presente convite.
- c) Declaração de inexistência de Impedimentos – **CPA (Anexo III)**
- d) Informação de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de Fax e o endereço postal, conforme n.º 3 do art.º 468º do CCP.
- e) Certidão permanente da empresa, devidamente atualizada, ou indicação do respetivo código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt), no caso de pessoas coletivas, (ou os estatutos e atas de tomada de posse, no caso de Associação), ou documento comprovativo do exercício da atividade, com indicação do respetivo CAE, no caso de empresários em nome individual.

7.2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, admitindo-se expressões e/ou designações técnicas específicas, redigidas na língua inglesa.

7.5. O Preço, que não deve incluir IVA, é indicado em algarismos e por extenso.

7.6. As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce IVA à taxa legal aplicável.

8. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

8.1. Nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual



identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

8.2. Para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:

- i) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- ii) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- iii) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- iv) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

8.3. Quando o prazo fixado para a apresentação das propostas seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

8.4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica ACIN -ICloud Solutions (<https://www.acingov.pt>);

8.5. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno encargo detetados, com exceção dos referidos na alínea iv) do ponto 8.2. e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas;

8.6. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

8.7. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no convite:

- a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

8.8. O órgão competente para decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

8.9. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 8.7., ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.



8.10. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica www.acingov.pt e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo os interessados ser imediatamente notificados desse facto.

8.11. Os esclarecimentos e as retificações referidas no presente convite, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência;

8.12. O convite e o caderno de encargos estão disponíveis na Secretaria da Câmara Municipal de Oleiros, para consulta dos interessados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;

As peças do concurso estão totalmente disponíveis na Secretaria desta Câmara Municipal e serão disponibilizadas através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>;

9. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica, no endereço www.acingov.pt, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, devendo ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica, nos termos do art.º 54º do Decreto-Lei nº 96/2015, de 17 de agosto;

9.2. As propostas deverão dar entrada na plataforma acingov até às 23:59 horas do 6.º dia a contar da data de envio do convite, nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do código dos contratos Públicos.

9.3. As propostas deverão ser apresentadas em estrita observância das condições estabelecidas no presente convite e no caderno de encargos.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes ficam obrigados a manter a respetiva proposta durante um período de **66 (sessenta e seis)** dias contados da data do termo fixado para a sua apresentação.

11. CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Não é exigida a prestação de caução, tendo por base a natureza e a especialidade dos bens a adquirir e em face do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

12. PROPOSTAS VARIANTES E NEGOCIAÇÃO DE PROPOSTAS

12.1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes

12.2. As propostas não serão objeto de negociação.

13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa**, determinada através da seguinte modalidade:

- Monofator, tendo um único aspeto de execução do contrato a celebrar: Preço (preço mais baixo).

14. CRITÉRIO DE DESEMPATE



No caso de apresentação de propostas com iguais valores, fica estabelecido, como critério de desempate o sorteio na presença dos interessados, do qual será lavrada ata, assinada por todos os presentes e cujo modelo, dia, hora e local de realização, será previamente informado aos concorrentes interessados no desempate.

15. ADJUDICAÇÃO POR LOTES

O procedimento não contempla a adjudicação por lotes.

16. HABILITAÇÃO

16.1. Documentos de habilitação:

O concorrente adjudicatário deverá entregar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos a seguir indicados, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP (Anexo V ao presente Convite);**
- b) Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, preenchimento de declaração feito, através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>, de acordo com os art.ºs 36.º e 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, conjugadas com as Portarias n.ºs 233/2018, de 21 de agosto e n.º 200/2019, de 28 de junho (Estão dispensadas da apresentação do RCBE as entidades em nome individual);
- c) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva**, para com a Segurança Social Portuguesa emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, ou a indicação do NIF (Número de Identificação Fiscal e do NISS (Número de Identificação da Segurança Social) a fim da Câmara Municipal de Oleiros poder consultar essa situação na Plataforma da Segurança Social (<https://www.seg-social.pt>), ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Declaração, comprovativa da situação tributária regularizada**, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, ou, a indicação do consentimento para consulta da situação contributiva na plataforma da Administração Fiscal (<http://www.e-financas.gov.pt>), ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Documento comprovativo de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55º do CCP, especificamente:**
- f) Documento, que contenha a identificação do (s) outorgante (s) do contrato**, nomeadamente o nome, o número do Cartão de Cidadão e sua validade;



O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

16.2. Prorrogação do prazo para entrega dos documentos de habilitação:

O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período **não superior a cinco dias**.

17.CONTRATO

17.1. Aceitação da minuta do contrato:

Após a aprovação da minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para decisão de contratar, notifica a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do artigo 99º do CCP.

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **2 (dois) dias** subsequentes à respetiva notificação.

17.2. Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar:

A Câmara Municipal de Oleiros pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas, sendo que os referidos ajustamentos não podem implicar, em caso algum, as situações previstas no nº 2 do artigo 99º do CCP.

17.3. Reclamações contra a minuta:

As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos;

Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

17.4. Celebração/outorga de contrato escrito:



O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação, mas nunca antes de:

- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- b) Confirmados todos os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77º do CCP.

A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis**, a data, hora e local em que se celebra o contrato.

Se a entidade pública adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no ponto anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito de ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução, de acordo com n.º 3 do artigo 105º do CCP;

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante.

17.5. Não outorga do contrato:

A adjudicação caduca nos seguintes casos:

- a) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato;
- b) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Se, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º

Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

18.FORO JUDICIAL

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Oleiros, com expressas renúncia a qualquer outro.

19.DISPOSIÇÕES FINAIS

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite do procedimento aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, e legislação complementar.



ANEXOS AOS CONVITE

ANEXO I – *Modelo Declaração de “aceitação de conteúdo de Caderno de Encargos” conforme modelo constante do anexo I ao CCP*

ANEXO II – *Modelo de Proposta*

ANEXO III – *Declaração de Não Impedimentos* – **ANEXO IV** – *CPA*

ANEXO IV – *Declaração de Modelo constante do anexo II do CCP*

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara

(Miguel Alexandre Silva Costa Santos Marques, Dr.)

